

Voto aberto para cassação de mandato parlamentar

Projetos aprovados na quarta-feira pela Comissão de Justiça estabelecem oito hipóteses de votação aberta e regras mais rígidas em defesa da fidelidade parlamentar

O fim do voto secreto nos processos de perda de mandato parlamentar foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça. Essa é uma das oito hipóteses de votação parlamentar aberta previstas no texto elaborado pelo relator, Antônio Carlos Valadares.

Também foi aprovado pela CCJ o projeto de Aloizio Mercadante que exige três anos de filiação a um mesmo partido para qualquer candidato a cargo eletivo e prevê perda imediata de mandato para quem deixar a legenda pela qual foi eleito. Demostenes Torres acrescentou algumas ressalvas à proposta. 7



Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, Marconi Perillo (E), Demostenes Torres e Valdir Raupp

Cristina Gallo



Asterio/1/Arquit/Arquit

Censura a Israel por ataque a frota humanitária passa na CRE

Decisão da Comissão de Relações Exteriores, que também condenou o bloqueio à Faixa de Gaza, foi

tomada por unanimidade. Na operação militar da segunda-feira, nove pessoas morreram. 5

Na Times Square, em Nova York, uma manifestação contra ataque israelense ao comando da flotilha de ajuda humanitária: Senado aprovou voto de censura

Cinco empresas devem atuar na nova frequência de celulares 8

Obras federais poderão ter cadastro único na internet

Comissão de Ciência e Tecnologia aprova projeto que obriga governo a manter na internet informações atualizadas sobre todas as obras e serviços públicos custeados com recursos federais. Documento pode ajudar no combate à corrupção. 6

Divulgação obrigatória de repasses da União 2



José Cruz

Eduardo Azeredo, entre os indicados Frederico Cezar de Araújo, para o Chile, e José Eduardo Felício (D), para Cuba

Aprovados embaixadores para Cuba e Chile

Os dois novos embaixadores brasileiros foram aprovados pelo Senado na reunião da CRE de quarta-feira,

que também pediu o fim do embargo econômico mantido pelos EUA contra Cuba desde a década de 1960. 5

Sarney pede a presidenciais que valorizem o Mercosul 4

Fundo Social do pré-sal pode ter Jucá como novo relator

Novo projeto que cria o Fundo Social com recursos do pré-sal incorporará regime de exploração, deixando a questão dos royalties para ser votada separadamente e sem pedido de urgência. Romero Jucá deve assumir relatoria da proposta. 3

Projeto aprovado pela CCJ obriga estados, municípios e Distrito Federal a divulgarem os valores que recebem da União em espaço acessível a qualquer cidadão brasileiro

Remessas federais no Portal da Transparência

OS RECURSOS QUE estados e municípios receberem da União como transferência voluntária e constitucional deverão ser informados obrigatoriamente ao Portal da Transparência. É o que prevê proposta do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que será analisada agora pela Comissão de Fiscalização e Controle (CMA).

O portal, lançado em novembro de 2004, permite que se acompanhe a execução financeira dos programas de governo em âmbito federal. Estão disponíveis informações sobre os recursos transferidos pelo governo federal a estados, municípios e DF – para a realização descentralizada das ações do governo – e diretamente ao cidadão, bem como dados sobre os gastos realizados pelo pró-



Senador Raimundo Colombo é o autor do projeto aprovado pela CCJ

prio governo federal em compras ou contratação de obras e serviços, por exemplo.

O projeto (PLS 60/10) condicionava o repasse de recursos à alimentação do portal pelas

unidades federativas, “com informações suficientes que garantam nível de transparência pública equivalente ao praticado na esfera federal”.

Mas, para o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), existia vício de constitucionalidade nesse ponto, pois, segundo explicou, matérias sobre finanças públicas e, mais especificamente, sobre fiscalização financeira da administração pública devem ser reguladas por lei complementar.

A alternativa, segundo Azeredo, foi oferecer emenda obrigando as unidades federativas a enviar as informações, na forma a ser definida em regulamento, sem, entretanto, restringir a remessa dos recursos do governo federal, “por entender a relevância maior destes para os entes federados”, justificou o relator.

Aprovadas emendas de comissões à LDO 2011

As comissões de Desenvolvimento Regional (CDR), de Direitos Humanos (CDH), de Educação (CE), de Agricultura (CRA), de Assuntos Sociais (CAS), de Constituição e Justiça (CCJ), de Relações Exteriores (CRE), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Infraestrutura (CI) do Senado aprovaram as cinco emendas que cada uma pode apresentar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011. Confira abaixo

a relação de áreas atendidas pelas emendas de comissão. Foram aprovadas emendas relacionadas a áreas como recuperação de obras de infraestrutura hídrica; turismo; combate à violência contra mulheres, crianças e adolescentes; acessibilidade; serviços de atenção às urgências e emergências na rede hospitalar; capacitação de professores e profissionais da educação básica; e desenvolvimento do setor agropecuário.

Emendas das comissões à lei orçamentária

As comissões permanentes do Senado se reuniram esta semana para escolher as cinco emendas a que cada uma tem direito na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Abaixo, a relação das emendas aprovadas por comissão

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- Construção do Complexo Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região
- Implantação de varas federais
- Operações especiais de combate ao crime nas estradas e rodovias federais
- Ações judiciais na repressão ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes
- Apoio a projetos de interesse do sistema nacional antidrogas

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

- Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário
- Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário
- Assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar
- Gestão da política aquícola e pesqueira
- Desenvolvimento da agroenergia

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

- Apoio a iniciativas de prevenção à violência contra as mulheres
- Apoio a centros de referência em direitos humanos
- Apoio a projetos inovadores de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes
- Apoio a projetos de acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência
- Apoio a centros de referência quilombola em comunidades remanescentes de quilombos

Comissão de Serviços de Infraestrutura

- Adequação de trecho rodoviário – divisa PR/MS – divisa MS/MT, na BR-163 – no estado de Mato Grosso do Sul
- Adequação de trecho rodoviário – Aparecida de Goiânia-Itumbiara, na BR-153 – no estado de Goiás
- Manutenção de trechos rodoviários na BR- 020 no estado de Goiás
- Construção da Ferrovia Norte-Sul – Trecho Belém-Anapólis (GO)
- Obras complementares no trecho rodoviário entroncamento RS-326 (Ivoti)-ponte rio Guaíba, na BR-116, no Rio Grande do Sul

Comissão de Assuntos Sociais

- Estruturação da rede de serviços de proteção social básica
- Atenção à saúde da população negra
- Serviços de atenção às urgências e emergências na rede hospitalar
- Capacitação para microempresas e empresas de pequeno e médio porte
- Implantação de serviços de atenção à saúde da mulher vítima de violência

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

- Capacitação de professores e profissionais da educação básica
- Distribuição de acervos bibliográficos para a educação básica
- Expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica
- Modernização de museus
- Apoio ao funcionamento de núcleos de esporte educacional

Comissão de Ciência e Tecnologia

- Apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos
- Fomento à elaboração e implantação de projetos de inclusão digital
- Implantação do Centro Espacial de Alcântara – CEA
- Construção de submarino de propulsão nuclear
- Construção de submarinos convencionais

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

- Construção de navios-patrolha oceânicos
- Construção do submarino de propulsão nuclear
- Construção de submarinos convencionais
- Construção de protótipo de reator nuclear
- Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

- Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
- Apoio a sistemas de drenagem urbana sustentáveis e de manejo de águas pluviais
- Construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica
- Participação da União na implantação do Prodetur nacional
- Apoio a projetos de infraestrutura turística

Dúvidas do governo adiam a votação de mudanças na Lei Pelé

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), marcou para a próxima quarta-feira, às 9h30, nova reunião conjunta com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) para votar o projeto que altera a Lei Geral do Esporte, também conhecida como Lei Pelé.

Demostenes disse que, embora o ministro do Esporte, Orlando Silva, tenha acertado com ele e o relator do projeto de lei da Câmara (PLC 9/10), Alvaro Dias (PSDB-PR), um texto aceito pelo governo, outros setores do Executivo manifestaram interesse em discutir a proposta, como a Presidência da República e os ministérios da Fazenda, da Justiça e do Planejamento.

Alvaro Dias afirmou que, apesar de o projeto ter tramitado por cinco anos na Câmara dos Deputados, até agora o governo federal não conseguiu dizer o que deseja sobre

o assunto. Ele observou que a proposta é importante para o país e criticou a “insegurança” do Executivo.

Ex-atletas

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) – autor de várias emendas, algumas acolhidas e outras rejeitadas pelo relator – ressaltou que a matéria está avançando e elogiou Alvaro Dias por ter sido sensível aos apelos dos profissionais de educação física.

Uma das emendas de Crivella aceitas pelo relator suprime dispositivo do projeto que assegura a ex-atleta que tenha exercido a profissão por três anos consecutivos, ou cinco alternados, o direito de trabalhar como monitor na respectiva modalidade esportiva.

Profissionais de educação física que acompanharam a reunião na sala da Comissão de Justiça manifestaram-se contrários a esse dispositivo, por entenderem que os ex-atletas estariam invadindo seu campo de atuação.



Criticado por profissionais de educação física, dispositivo sobre ex-atleta foi suprimido

Política de resíduos sólidos é tema da revista em discussão!

O tema do terceiro número da revista em discussão!, editada pelo Jornal do Senado e que circulará neste mês, será o projeto de lei que institui a política nacional de resíduos sólidos. A proposta (PLS 354/89) foi debatida em 5 de maio durante audiência conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); de Assuntos Sociais (CAS); e de Assuntos Econômicos (CAE).

A regulamentação da clo-nagem de peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos, prevista em projeto (PLS 73/07) de Kátia Abreu (DEM-TO), foi abordada na última edição.

Na revista, textos complementares ajudam a esclarecer os conceitos abordados. Há ainda informações a respeito da tramitação do projeto e infográficos. A versão eletrônica da revista pode ser lida na internet, no endereço www.senado.gov.br/jornal/emdiscussao.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão destinada a pronunciamentos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Pedro Simon (PMDB-RS).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no Jornal do Senado pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Novo projeto incorporará regime de exploração, deixando a questão dos *royalties* para ser votada separadamente e sem pedido de urgência

Jucá deve relatar fundo social e partilha do pré-sal

O LÍDER DO governo, Romero Jucá (PMDB-RR), deverá assumir a relatoria do projeto de lei que cria o Fundo Social com recursos do pré-sal (PLC 7/10), em substituição ao líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL). O projeto do Fundo Social deverá incorporar toda a parte que institui o sistema de partilha – previsto no PLC 16/10 –, transformando-se no principal projeto do marco regulatório do pré-sal. Dessa forma, o PLC 16/10 passará a tratar apenas dos *royalties*, devendo perder a urgência constitucional e ser votado depois das eleições.

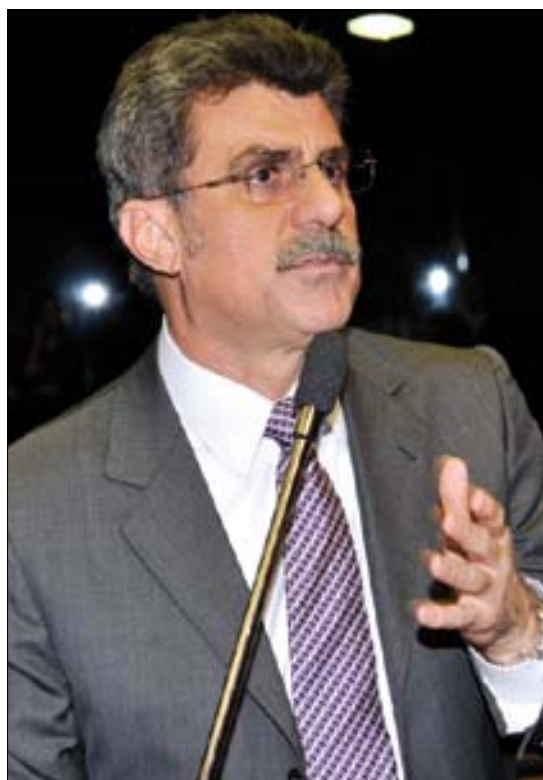
A estratégia foi definida na terça-feira à noite, em encontro que reuniu Romero Jucá, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) e o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli. O sistema de partilha na produção do pré-sal – diferente do atual sistema de concessões em áreas já em produção, que permanecerá inalterado – vai permitir que a União utilize na formação do Fundo Social todo o dinheiro resultante da venda do petróleo que vai receber das empresas exploradoras. Se o sistema de concessões fosse mantido, legalmente o dinheiro teria que ser dividido entre estados e municípios produtores na forma de *royalties* e participações especiais.

Com a introdução do sistema de partilha – em que a empresa que explora a área e retira o petróleo remunera o governo com óleo, em vez de pagar em dinheiro –, será possível evitar o repasse a estados e

municípios produtores, porque uma nova realidade jurídica estará criada. O governo venderá o petróleo no mercado internacional e usará o dinheiro na formação do Fundo Social.

– Os recursos desse Fundo Social serão aplicados no exterior, para evitar o ingresso exagerado de dólares no país, o que provocaria uma supervalorização do real e prejudicaria as exportações brasileiras – explicou o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ao se referir às formas de aplicação financeira dos recursos do fundo. Lobão era ministro de Minas e Energia quando foram elaboradas as propostas.

A alteração prevista para o projeto de lei do Fundo Social apenas acrescenta artigos já aprovados na Câmara, referentes ao sistema de partilha, e o texto não poderá ser modificado caso volte a exame dos deputados. Nessa situação, poderá apenas ser aprovado ou rejeitado. Conforme previsão de Romero Jucá, a proposta que trata do Fundo Social deverá ser votada na próxima terça-feira.



Jonas Pereira



Waldemir Barreto

Jucá (E) deve assumir tarefa que hoje é de Renan Calheiros. Para Lobão (D), país deve evitar risco do excesso de dólares

Relatório de Delcídio sobre capitalização da Petrobras mantém texto da Câmara

Delcídio Amaral (PT-MS), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do PLC 8/10, que trata da capitalização da Petrobras, já tem pronto seu relatório. O senador mantém o texto que veio da Câmara, rejeitando as cinco emendas apresentadas por senadores, e promete resposta jurídica para todas as eventuais inconstitucionalidades questionadas pela oposição e pelo relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). O projeto deverá ser votado na próxima quarta-feira.

Delcídio explicou que o projeto não depende de quórum qualificado, porque é projeto de lei ordinária – assim, a votação poderá ser simbólica, com a aprovação de metade mais um dos senadores presentes no Plenário. O relator informou que ele próprio tinha algumas mudanças e aperfeiçoamentos a sugerir, mas o presidente Lula lhe pediu pessoalmente que mantivesse o texto da Câmara para não retardar o processo, e garantiu que, mais tarde, a legislação poderia ser aprimorada.

Cessão onerosa

O projeto estabelece que o governo cederá em 12 meses à Petrobras, de forma onerosa – sem contrapartida – títulos da



Cristina Gallo

Delcídio recebeu pedido pessoal do presidente Lula para que não modificasse o texto aprovado

dívida pública (em valores de mercado) no equivalente a cinco bilhões de barris do petróleo a ser extraído do pré-sal, para garantir à empresa os recursos necessários para investimento na extração do óleo, em tecnologia e em pesquisas.

– É fundamental essa capitalização, porque sem o investimento em infraestrutura, equipamentos, tecnologia, pesquisa, medidas de segurança, a Petrobras não conseguirá fazer frente ao desafio – explicou Edison Lobão (PMDB-MA).

Municípios querem discutir questão dos *royalties* agora, afirma Ziulkoski

Os prefeitos pressionarão para que a discussão sobre a redistribuição de *royalties* e participações especiais do petróleo continue na pauta do Senado, afirmou à imprensa na quarta o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Ziulkoski lembrou que o governo pretende fundir em apenas um substitutivo os projetos originais que tratam da criação do regime de partilha e do Fundo Social (veja matéria acima) e assim mudar o texto aprovado na Câmara dos Deputados. A Câmara aprovou os projetos, que aguardam exame no Plenário do Senado, com emenda que prevê a partilha dos frutos da exploração do petróleo.

Ziulkoski atribuiu a responsabilidade da situação ao líder do governo, Romero Jucá e ao senador Edison Lobão, que seria o responsável por apresentar o substitutivo. A Confederação Nacional dos Municípios distribuiu documento afirmando que “vem a público denunciar a manobra e exigir do líder do governo que coloque em votação em separado a questão das regras de distribuição dos *royalties* e participações especiais”.

– Se o governo adiar, essa votação irá para as calendas. Esse é o momento de votar esse assunto, por causa das eleições. Depois não terá espaço. Os prefeitos estarão aqui atuando junto aos senadores na próxima semana – disse Ziulkoski.

Romero Jucá anunciou em Plenário, no último dia 19, que três dos quatro projetos do marco regulatório para

exploração do petróleo do pré-sal devem ser votados nos dias 8, 9 e 16 de junho. De acordo com o líder do governo, na próxima terça-feira os parlamentares irão discutir a proposta do Fundo Social (PLC 7/10), já modificada para incluir a questão do regime de partilha (originalmente inserido no PLC 16/10), desmembrando assim o tema da distribuição dos *royalties*, que ficaria para depois das eleições presidenciais.

Na próxima quarta-feira, o Plenário analisará o PLC 8/10, que trata da capitalização da Petrobras, e no dia 16, será a vez de deliberar sobre o projeto (PLC 309/09) que autoriza o governo a criar a Petro-Sal.



Geacobb Magalhães

Ziulkoski denuncia “manobra” de Jucá e Lobão para adiar decisão sobre *royalties*

Lúcia Vânia defende distribuição de direitos para todo o país

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu em Plenário, a partilha dos *royalties* entre todos os entes da Federação. A senadora argumentou que a medida deverá beneficiar enormemente municípios

em todo o país, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Lúcia Vânia frisou que o Brasil, que começa agora a usufruir da riqueza da exploração de petróleo, não

deve seguir o caminho de alguns países produtores onde, até mesmo por ausência de uma democracia amadurecida, os lucros da atividade petrolífera não são revertidos em benefícios dos cidadãos.

– A redistribuição é muito importante para estabelecer as compensações que muitos municípios brasileiros precisam receber para oferecer uma condição, no mínimo, digna para seus moradores — disse



Moreira Matz

Senador lembra que, como presidente, fez esforços históricos para apara divergências com a Argentina que, afirmou, quase levaram os dois países a um confronto nuclear



Sarney enumerou passos políticos que deu para a criação do Mercosul, que começou com a reaproximação com a Argentina

Sarney pede a candidatos que defendam o Mercosul

O SENADOR JOSÉ Sarney (PMDB-MA), cumprindo “um dever de consciência e político”, fez na quarta-feira uma defesa veemente do seu principal projeto na política internacional quando presidiu o país (1985-1989): o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que engloba Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Citando críticas feitas ao bloco pelo pré-candidato à Presidência José Serra (PSDB), o senador pediu que o fortalecimento do Mercosul fosse inserido nos programas de governo de todos os pré-candidatos.

– Nessa sucessão presidencial,

quero apenas pedir ao presidente Lula que continue a defender o Mercosul. Quero pedir aos [pré] candidatos que continuem a defender o Mercosul e, ao ex-governador e candidato à Presidência José Serra, que tenha confiança no Mercosul, que jamais vacile em relação ao Mercosul, não dê declarações que possam parecer que ele seja contra o Mercosul, porque eu não acredito que ele possa ser contra o Mercosul – afirmou.

Sarney fez um relato dos passos políticos que deu, como presidente, para a criação do bloco. Sua estratégia incluiu a

derrubada de preconceitos e a superação de intrigas diplomáticas e desconfianças, que se desdobraram em suspeitas de parte a parte, a ponto de as Forças Armadas brasileiras concentrarem tropas na fronteira do Rio Grande do Sul e as escolas militares desenvolverem hipóteses de guerra com o país vizinho.

– Existia uma corrida nuclear entre os dois países para ver quem conseguiria dominar primeiro a tecnologia da bomba atômica. Chegamos quase à beira de um confronto nuclear – revelou.

Maciel destaca liderança do Brasil em arbitragem de conflitos

O senador Marco Maciel (DEM-PE) registrou que, após 32 anos, a Conferência do Conselho Internacional de Arbitragem Comercial voltou a ser realizada na América Latina.

O evento aconteceu no Rio de Janeiro, entre 23 e 26 de maio, e a crescente participação da sociedade brasileira nas questões de arbitragem foi fundamental para a escolha do país como sede do evento, destacou Marco Maciel, autor do projeto que deu origem à Lei de Arbitragem Comercial (Lei 9.307/96), em vigor há 13 anos.

Com o tema “Desafio para a prática da arbitragem em tempos de mudança”, a conferência reuniu especialistas que discutiram os procedimentos arbitrais e trocaram experiências com representantes dos Estados Unidos, Canadá, Itália, Reino Unido e Alemanha, entre outros.

De acordo com a Câmara de Comércio Internacional (CCI), com sede em Paris, o Brasil é líder na América Latina em procedimentos arbitrais, graças ao bom aparato legal, aos tratados internacionais ratificados e à correta atuação do Judiciário,



Marco Maciel é o autor da Lei de Arbitragem Comercial, de 1996

como lembrou Maciel.

O senador ressaltou que uma das vantagens da arbitragem de conflitos entre empresas é a rapidez, pois não permite recurso nem apelação. A decisão final sai no máximo em dois anos.

Brasileiros poderão fazer separação e divórcio consensuais em consulados

A separação e o divórcio consensuais de brasileiros residentes no exterior – desde que não haja filhos menores ou incapazes do casal – poderão ser realizados por autoridades consulares brasileiras. A possibilidade foi aberta com a aprovação na quarta-feira, pela Comissão de Constituição e Justiça, de projeto de lei da Câmara (PLC 131/09) que altera a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Como foi votada em decisão terminativa, a proposta só vai ao Plenário se houver recurso de um décimo dos senadores.

Segundo observa Demostenes Torres (DEM-GO) no parecer, essas autoridades consulares já têm autorização legal para celebrar o casamento de brasileiros residentes no exterior e efetuar o registro de nascimento e de óbito dos filhos desses casais.

Demostenes recomendou a aprovação da proposta com ligeiras modificações, inspiradas no parecer aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Uma das emendas da CRE, alterada por subemenda de Demostenes, exigia a contratação de advogado pelo casal, que deveria estar presente no ato ou enviar parecer à representação consular concordando com os termos da escritura pública de separação ou divórcio consensuais.

A subemenda manteve a necessidade de assistência ao casal por advogado constituído pelas partes, mediante procuração, e estabeleceu que sua participação se dê ao subscrever, junto com as partes, a petição de lavratura da escritura pública de separação ou divórcio consensuais.



Texto aprovado na CCJ é de Valter Pereira (em conversa com Lúcia Vânia)

Companheiro em união estável deverá ter mais direitos sobre bens

A legislação brasileira poderá ser alterada para ampliar os direitos sucessórios de companheiros em união estável. As modificações foram aprovadas na quarta-feira, em primeiro turno, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria ainda terá de ser votada novamente por essa comissão, em turno suplementar.

O texto aprovado – um substitutivo elaborado pelo relator do projeto (PLS 267/09), senador Valter Pereira (PMDB-MS) – acrescenta, entre outras modificações, a expressão “companheiro” em vários artigos do Código Civil que tratam da sucessão dos bens.

Com as mudanças, o relator buscou assegurar aos companheiros os direitos já garantidos aos cônjuges pela legislação vigente.

Valter Pereira afirma que a atual legislação impõe claramente uma distinção entre os direitos dos cônjuges e os dos companheiros, indo na contramão do espírito maior, que é o de assegurar igualdade.

– Tal providência [modificação da legislação em vigor], sem dúvida, assegura o tratamento igualitário, pois, com isso, tudo que se assegurar a um [cônjuge] será assegurado ao outro [companheiro] – explicou o relator.

No artigo 1.829 do Código Civil, por exemplo, a sucessão legítima à herança se dará também ao companheiro, assim como aos descendentes. O companheiro com união estável há mais de dois anos também passa a ter direito, qualquer que seja o regime de bens, a residir no imóvel destinado à residência da família.

Tião Viana: indústria farmacêutica influencia médicos

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo está preocupado com a influência da indústria farmacêutica sobre boa parte dos médicos, disse Tião Viana (PT-AC). Segundo o senador, pesquisa recente do Instituto Datafolha revelou que 48% dos médicos prescrevem o medicamento indicado logo após a visita do laboratório. E os insumos relativos a órteses e próteses são recomendados a pacientes em 71% das vezes em que o médico é visitado pelos revendedores.

Viana ressaltou o alto índice de confiabilidade da pesquisa (95%). O senador também lamentou a profusão de ações judiciais para obrigar o Sistema Único de Saúde (SUS) a fornecer medicamentos.



Tião Viana

Raupp defende hospital universitário em Porto Velho

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu a construção de um hospital universitário em Porto Velho pela Universidade Federal de Rondônia. Ele pediu a aprovação do projeto pelo Ministério da Saúde, que preferiu concentrar recursos no Hospital de Base, também na capital.

Para Raupp, o hospital universitário se destinará tanto à formação de profissionais da área de saúde quanto ao atendimento à população. Em toda a região Norte, observou o parlamentar, existem apenas sete hospitais de ensino, sendo que, desses, somente três são federais.

– O hospital universitário contará com 60 leitos e realizará consultas nas áreas de cirurgia geral, clínica médica, ginecologia e pediatria – informou Raupp.



Valdir Raupp

Suplicy elogia Plano Nacional de Combate ao Crack

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou em Plenário o Plano Nacional de Combate ao Crack, lançado em 20 de maio pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o Decreto 7.179/10.

Trata-se, disse Suplicy, de política pública destinada ao treinamento de profissionais de saúde para atendimento ao usuário de crack e à promoção de sua reinserção social na vida produtiva. Ele pediu mobilização do Estado, da sociedade e das famílias, em esforço conjunto para combater o uso da droga e tratar os usuários.



Eduardo Suplicy

Kátia Abreu pede debate sobre tráfico de drogas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve discutir o tráfico de drogas na fronteira do Brasil com a Bolívia, acatando proposta de Kátia Abreu (DEM-TO) aprovada nessa quarta.

Segundo denunciou a senadora, 90% da droga consumida no país entra pelo Mato Grosso do Sul vinda da Bolívia, situação que, segundo ela, contaria com o consentimento do presidente boliviano, Evo Morales.

Kátia Abreu sugeriu como participantes do debate o procurador-geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, Paulo Alberto de Oliveira; a professora da Universidad Mayor de San Andrés (Bolívia), Jimena Costa; os delegados federais Mauro Sposito e Júnior Aparecido Tagliarenha; e um jornalista especializado na cobertura do tráfico de drogas na América Latina, a ser posteriormente indicado.

A CCJ aprovou suetão de Serys Silhessarenko (PT-MT) de também convidar para o debate representantes dos ministérios da Justiça e da Defesa.



Kátia Abreu diz que Bolívia é conivente com tráfico para o Brasil

Promoção post mortem a Vinicius de Moraes

O Plenário aprovou o projeto que promove *post mortem* o poeta Vinicius de Moraes a ministro de primeira classe da carreira de diplomata, assegurando-se aos seus atuais dependentes os benefícios da pensão correspondente ao cargo. A matéria (PLC 5/10) será encaminhada à sanção.

A votação do projeto atendeu a um apelo feito por Marco Maciel (DEM-PE), relator da proposição na CCJ, que a aprovou em março.

Vinicius ingressou na carreira diplomática em 1943. Foi vice-cônsul do Brasil em Los Angeles, nos Estados Unidos, entre outras missões. Em 1964, quando os militares assumiram o poder no Brasil, retornou ao país. Em 1969, foi exonerado do Itamaraty. Morreu em 1980, de edema pulmonar. Em 2006, numa iniciativa do governo Lula, Vinicius foi reintegrado *post mortem* aos quadros do Ministério das Relações Exteriores.

Documento afirma que ação militar da última segunda-feira chocou a comunidade mundial e violou o Direito Internacional Público, além de classificar como ilegal o bloqueio mantido pelos israelenses à Faixa de Gaza



Manifestantes palestinos em Nova York protestam contra a invasão de navio por tropas israelenses que deixou nove mortos



Senador Aloizio Mercadante sugeriu voto de censura à ação militar

CRE aprova por unanimidade voto de censura a Israel por ataque a navios

POR UNANIMIDADE, A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou quarta-feira voto de censura contra o ataque, na última segunda, de forças militares israelenses à chamada Flotilha da Liberdade, integrada por navios que levavam ajuda humanitária à Faixa de Gaza.

A iniciativa da comissão se ampara na prerrogativa assegurada pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que garante a todas as embarcações, de qualquer

nacionalidade, a liberdade de navegação. Por essa norma, a perseguição a navio estrangeiro só pode ocorrer se amparada em fundados motivos para acreditar-se que a embarcação infringiu leis e regulamentos do estado perseguidor e se tal perseguição se iniciar no mar territorial ou na zona contígua desse estado.

De acordo com o documento aprovado, a ação das forças de segurança de Israel, que provocou a morte de ao menos nove ativistas, chocou a comunidade

internacional. O documento também afirma que, sob o prisma do Direito Internacional Público, é ilegal o cerco à Faixa de Gaza promovido pelos governos de Israel e do Egito (que na terça-feira abriu sua fronteira novamente). O texto lembra que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) indica que a Faixa de Gaza recebe apenas 20% da ajuda de que necessita, enfrentando grave crise humanitária.

O voto de censura foi uma iniciativa do senador Aloizio

Mercadante (PT-SP), que, por não integrar a Comissão de Relações Exteriores, teve seu requerimento levado à CRE por Eduardo Suplicy (PT-SP).

Suplicy chegou a ser convidado para integrar a flotilha, mas por causa de outros compromissos não pôde aceitar o convite. Relator do requerimento, Suplicy invocou a histórica posição do Brasil em favor da chamada "solução dos dois Estados para o conflito israelense/palestino e pela solução negociada e pacífica dos conflitos".

Senadores condenam embargo imposto pelos EUA a Cuba

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) condenaram unanimemente, na quarta-feira, o embargo econômico imposto a Cuba pelos Estados Unidos, durante reunião em que foi aprovada a indicação do novo embaixador em Havana, ministro de primeira classe José Eduardo Martins Felício. A maioria deles, porém, condenou igualmente as violações de direitos humanos atribuídas ao governo cubano.

No voto favorável à indicação, o relator da mensagem presidencial, senador Pedro Simon (PMDB-RS), disse esperar para "qualquer momento" o anúncio do fim do embargo, que já dura quase 50 anos.

– A exportação de revoluções por parte do governo cubano é coisa do passado. Não há mais justificativa ao embargo dos Estados Unidos – afirmou Simon, que admitiu que o governo da ilha não pode ser considerado democrático e tem sido marcado por denúncias de violações de direitos humanos.

O embaixador indicado disse que não ocorreram grandes mudanças em Cuba desde 2008, quando o poder passou às mãos de Raúl Castro, irmão de Fidel Castro.

Felício anunciou a intenção de ampliar a presença econômica brasileira em Cuba. Ele recordou que a Petrobras obteve concessão de exploração de petróleo na plataforma continental cubana e que a Embrapa tem trabalhado na ilha com o objetivo de transferir tecnologia para o plantio

local de soja.

Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse esperar que a blogueira cubana Yoani Sánchez seja autorizada a visitar o Brasil, para participar, em Ilhéus (BA), da exibição de um documentário feito sobre o seu trabalho em Havana. Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), José Agripino (DEM-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltaram a difícil situação dos direitos humanos em Cuba, embora condenando o embargo econômico norte-americano. Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que "nenhuma nação defende os direitos humanos como Cuba".

Chile

A comissão também aprovou a mensagem presidencial de indicação do ministro de primeira classe Frederico Cezar de Araújo para embaixador no Chile. O relator foi o presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que considerou o Chile um "parceiro ideal, moderno e estável" dentro da América do Sul.

Em sua exposição aos senadores, Araújo informou que pretende trabalhar pela implantação de um sistema de pagamento em moeda local para o comércio bilateral. Ele defendeu a integração das cadeias produtivas dos dois países e a ampliação dos investimentos mútuos de empresas brasileiras e chilenas, além da construção de ligações rodoviárias e ferroviárias entre os dois países.



Na reunião da CRE, Martins Felício, Maciel, Cezar de Araújo e Eduardo Azeredo (D)

CCJ aprova incentivo federal à boa educação

O Distrito Federal e os municípios poderão receber incentivo financeiro do governo federal se apresentarem melhorias na qualidade de sua rede de ensino. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou autorização para o Poder Executivo criar o Programa Incentivo Boa Educação, destinado a impulsionar a rede de escolas distritais e municipais.

O PLS 15/10, de Marconi Perillo (PSDB-GO), prevê o financiamento do programa com recursos orçamentários e a repartição do incentivo de forma proporcional ao número de matrículas e ao grau de melhoria do ensino.

Para se beneficiarem do programa, o DF ou o município precisam superar um desempenho muito ruim, dentro de parâmetros do Ministério da Educação. Por emenda do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), o incentivo será concedido só uma vez aos que atenderem aos requisitos do programa.

Acionista poderá votar a distância em assembleia

Acionistas poderão participar, a distância, das assembleias das empresas onde possuem ações, utilizando recursos tecnológicos, como a teleconferência, para, inclusive, votar. É o que garante substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aprovado em decisão terminativa pela CCJ. A proposta segue agora para exame da Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário.

O substitutivo engloba o PLS 288/07, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), e parte de emenda apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

As condições para os acionistas exercerem essa forma de participação nas assembleias devem estar previstas no estatuto das companhias de capital fechado ou seguir as regras fixadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no caso de companhias de capital aberto.

Quando optar pela participação a distância, o acionista terá de comprovar presença por assinatura eletrônica e certificação digital.

Relator diz que publicação do documento na internet será um instrumento poderoso no combate à corrupção no país, além de facilitar os trabalhos de fiscalização e auditoria

Cadastro único para obras e serviços com recurso federal

O GOVERNO DEVE manter cadastro único informatizado com dados de todas as obras e serviços públicos custeados com recursos federais. E ainda garantir publicidade permanente dessa base de informações, pela internet. A obrigação é prevista em projeto aprovado na quarta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). De autoria do senador Jefferson Praia (PDT-AM), a proposta foi relatada por Cícero Lucena (PSDB-PB).

Para o relator, o cadastro único publicado na internet será um instrumento poderoso no combate à corrupção, além de facilitar, como disse, os trabalhos de fiscalização e auditoria dos próprios órgãos de controle.

Exigências

O cadastro deverá conter um conjunto mínimo de dados, a começar pelo número de identificação e coordenadas geográficas da obra ou serviço, sua descrição formal e dimensões, com as respectivas unidades de medidas. Deverá ser incluído também o valor estimado, apurado com base nos orçamentos constantes do projeto básico. O cadastro registrará ainda as datas de início



Na CCT, Cícero Lucena (D, ao lado de Virgílio) defende a aprovação da proposta

e de término da execução, atualizadas sempre que ocorrerem modificações contratuais.

Outros dados indispensáveis se referem ao correspondente programa de trabalho inscrito no Orçamento vigente, além das anotações de responsabilidade técnica de cada obra ou serviço – quem assina o projeto e o orçamento e, ainda, dados sobre o responsável pela execução e pela fiscalização.

Sem a prévia inscrição de todos esses dados no cadastro, nenhum contrato de obra ou serviço poderá ser assinado, conforme estabelece a proposta, que ainda precisa passar por duas comissões do Senado: de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos

(CAE), onde receberá decisão terminativa.

Pelo projeto, os gestores responsáveis também ficarão impedidos de emitir empenhos caso os dados não estejam no cadastro.

Rádio e TV

Na mesma reunião, a CCT aprovou em decisão terminativa 56 projetos de decreto legislativo que autorizam outorga inicial ou renovação de serviços de radiodifusão (FM, AM e rádios comunitárias).

A comissão adiou a votação de projeto de lei (PLC 29/05) do governo que disponibiliza um canal reservado ao Poder Executivo, na área de serviços de TV a cabo.

Crime contra administração pública só prescreve em 10 anos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) confirmou, em turno suplementar (exigido quando se aprecia um texto substitutivo), a aprovação do projeto (PLS 537/03) que unifica em dez anos o prazo de prescrição de crimes contra a administração pública – cometidos por detentores de mandato ou por aquele que ocupar cargo ou função de confiança.

A prescrição é a extinção do direito de ação em decorrência da perda do prazo estipulado pela lei. Os dez anos devem ser contados a partir do crime. Pela Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), as ações poderiam ser propostas até o prazo máximo de cinco anos após o fim do mandato ou do exercício do cargo ou função.

O substitutivo foi elaborado pelo relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), sobre projeto original de Demostenes Torres (DEM-GO). A proposta recebeu decisão terminativa e agora vai a exame na Câmara dos Deputados.

Demostenes considera razoável o prazo único de dez anos, de modo a diminuir a possibilidade de ocultação de informações e documentos pelo agente e, quando se tratar de detentor de mandato eletivo, de sua reeleição.

Contagem

Alvaro Dias argumenta que a legislação atual, ao remeter o tema prescrição para leis aplicáveis aos diversos servidores, acaba “estabelecendo grande diversidade dos prazos pres-



Autor do projeto original, Demostenes Torres acha prazo aprovado razoável

cricionais concretos”. Segundo ele, esse é um problema atacado pelo projeto, citando também a importância de se fixar o início da contagem pela data do ilícito praticado e não da identificação do sujeito envolvido.

Segundo o relator, a regra da contagem a partir da identificação dos envolvidos é inadequada porque pode haver vários agentes públicos comprometidos e ainda terceiros.

Goiânia deverá modernizar transporte público

Será enviada para análise da Câmara dos Deputados a proposta que permite à União celebrar convênio com o estado de Goiás para viabilizar a implantação, em Goiânia, de um sistema metropolitano de transporte público coletivo. O projeto de lei que autoriza o convênio (PLS 159/09) foi aprovado na quarta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo Marconi Perillo (PSDB-GO), autor da proposta, está entre os objetivos do Ministério das Cidades incentivar a implantação de sistemas estruturais de transporte de alta e média capacidade em corredores próprios nas cidades de médio e grande porte.

Na avaliação do senador, “o futuro da capital goiana aponta nessa direção e a adequada condução do processo de planejamento urbano exige que os investimentos sejam realizados no seu devido tempo, sob pena de inviabilizar-se o atendimento às necessidades de transporte dos seus cidadãos”.

Projeto autoriza União a doar glebas a MT

O projeto de lei que autoriza a União a doar ao estado de Mato Grosso as áreas de domínio federal nas glebas Maiká e Cristalino/Divisa foi aprovado na quarta-feira pela CCJ. Apresentado pelo Executivo, o projeto – que visa encerrar o conflito fundiário existente nesses locais – ainda tem de ser votado no Plenário do Senado.

Em seu relatório sobre a matéria, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) reitera que o projeto (PLC 14/10) “tem como objetivo pôr fim a dois grandes litígios judiciais entre a União e o estado de Mato Grosso”. Segundo ela, a regularização fundiária das duas glebas é esperada há mais de 20 anos pela população dessas localidades.

Serys ressaltou que, devido à insegurança jurídica, os moradores enfrentam dificuldades e não conseguem obter financiamento bancário. Lembrou que a gleba Maiká está situada quase totalmente no município de Marcelândia, enquanto a Cristalino/Divisa fica em Chapada dos Guimarães.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Paulo Paim • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Prça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Alvaro: balanço do PAC mostra incompetência

“Não podemos viver de ilusão”, alertou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) ao comentar o 10º balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) feito na quarta-feira pelo governo federal, mostrando

que, a sete meses do fim do mandato do presidente Lula apenas 46,1% das ações programadas foram concluídas.

Para Alvaro, o governo se esforçou para transformar o evento em festa, mas só con-

seguiu fazer uma “confissão da incapacidade de execução do Orçamento e de gerenciamento das ações administrativas”.

O mais grave, segundo o senador, é que o governo “inflou os números” com recursos do

financiamento da casa própria e do saneamento básico. O resultado, disse Alvaro Dias, é que “os gargalos em transporte e logística se ampliam a cada dia, e o risco de apagão se torna realidade”.

PROJETO DISPÕE SOBREFIDELIDADE PARTIDÁRIA

Vai à Câmara dos Deputados a proposta que exige três anos de filiação a um mesmo partido para qualquer candidato a cargo eletivo. O projeto também prevê imediata perda de mandato para quem deixar a legenda com a qual foi eleito. A proposição (PLS 289/05) foi aprovada na quarta pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Quando apresentou o projeto, Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que tais medidas “obedecem à lógica do fortalecimento do quadro partidário do país”.

Mercadante argumentou ainda que “o troca-troca de partidos desrespeita, acima de tudo, a vontade do eleitor e representa, na realidade, uma espécie de fraude eleitoral”.

Baseando-se em decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), acrescentou algumas ressalvas ao projeto segundo as quais o candidato não terá de respeitar o prazo de três anos nem perderá o mandato quando mudar de sigla por causa de: incorporação ou fusão de partido; criação de novo partido; mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário ou grave discriminação pessoal que torne impossível a convivência partidária, “assim reconhecido pela Justiça Eleitoral”.

Simon anuncia a candidatura de Roberto Requião

Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou na quarta-feira o registro da candidatura do ex-governador do Paraná Roberto Requião à Presidência da República. O senador enalteceu as qualidades do candidato e disse esperar que a indicação seja aprovada em convenção que o partido realizará no próximo dia 12.

– Há quatro anos chegamos a fazer prévia para escolher candidato, mas na hora da convenção não houve quórum. Espero que nesta convenção a moção seja votada. Não queremos debate nem confronto, mas respeito.

O senador ressaltou que Requião é “um candidato excepcional”, que governou por três vezes o Paraná e teve atuação de destaque na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Precatórios, em 1997.

Cassação de mandato pode ser decidida em voto aberto

Emenda constitucional aprovada pela CC Jacaba com a votação secreta para oito casos, inclusive escolha de presidente do BC, diretor de agência reguladora e embaixador

O FIM DO voto secreto nos processos de perda de mandato parlamentar foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Esta é uma das oito hipóteses de votação parlamentar aberta previstas no texto elaborado pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), baseado na Proposta de Emenda à Constituição 38/04, de autoria do então senador Sérgio Cabral. O projeto acaba ainda com o sigilo do voto na aprovação ou exoneração de algumas autoridades e na apreciação de veto do presidente da República a projeto de lei.

De acordo com Valadares, as mudanças aprovadas no texto constitucional expressam não só um anseio da sociedade, como também a vontade da maioria dos senadores. Consulta pessoal do relator a 71 dos 81 senadores indicou que a votação parlamentar deve permanecer secreta apenas em três hipóteses: escolha de magistrados, de ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e do procurador-geral da República



Cristina Gallo

Relator, Valadares elaborou texto alternativo baseado na PEC 38/04

(incluída nesse regime também sua exoneração).

– É preciso que os parlamentares assumam sua responsabilidade na votação de cassação de mandato de forma aberta. Só foi mantido o voto secreto nas situações que podem gerar ato de represália contra o parlamentar – comentou Valadares.

O presidente da CCJ, Demos-

tenes Torres (DEM-GO), também respaldou o sigilo da votação parlamentar nestas circunstâncias:

– O voto secreto tem razão de ser para aqueles que denunciam e julgam parlamentares e as contas públicas, de forma a se evitar uma eventual retaliação. Não se pode usar o voto secreto para esconder conchavo ou para acobertar privilégio – sustentou Demostenes, avaliando as alterações à Constituição Federal como um “grande avanço da democracia”.

O texto também torna abertas as votações para escolha de presidente e diretores do Banco Central; diretores de agências reguladoras; embaixadores; e governador de território. Admite, entretanto, a manutenção da arguição secreta dos indicados para embaixadas, por envolver assuntos de Estado de caráter reservado. Emenda sugerida por Demostenes, e acolhida pelo relator, também estabeleceu a votação aberta para membros dos conselhos nacionais de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP).



MademirBarreto

Rosalba diz que “pela TV parece que interior do RN é um paraíso”

Rosalba: “Interior é bem diferente do que diz o governo”

A vida das pessoas no interior “é bem diferente” do que é mostrado pelo governo pela televisão, disse Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

A senadora afirmou que, quando visita o interior do Rio Grande do Norte, as pessoas reclamam de promessas não cumpridas sobre segurança, saúde, escolas, estradas e empregos. “Tem hospital regional que não possui coisas simples, como produtos para reidratar pessoas doentes”, disse.

Ela indagou por que o governo federal não intervém, pela Petrobras, para executar o projeto da fábrica de barrilha prometida “há mais de 20 anos” para Macau (RN), região com grande disponibilidade de gás e sal.

Para Flexa Ribeiro, há “estelionato eleitoral” no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acusou o PT de fazer “estelionato eleitoral” no Pará. O senador disse que a violência vem crescendo no fim do mandato da governadora Ana Júlia Carepa, que se elegeu prometendo resolver o problema.

Ele afirmou que o jornal *O Liberal* publicou pesquisa mostrando que para 94,4% da população o Pará ficou mais violento nos últimos anos. Já o *Diário do Pará* informou que o procurador-geral de Justiça do estado autorizou a abertura de processo de improbidade administrativa contra a governadora por não cumprir a decisão judicial de garantir a segurança pública no município de Oeiras do Pará.

O senador disse ter informação de que o Ministério Público pedirá intervenção federal no estado.



MoisésViz

Flexa Ribeiro diz que governadora não cumpriu promessa de coibir violência



MademirBarreto

Alvaro Dias (E) e Demostenes Torres, presidente da CCJ: senadores elogiaram o fim do voto secreto nas perdas de mandato

Senadores destacam importância da decisão

Diversos senadores deram apoio à PEC 38/04 e, principalmente, ao fim do voto secreto na perda de mandato parlamentar. Para Valter Pereira (PMDB-MS), a transparência nesse processo não é só demandada pela sociedade, mas uma necessidade que deve ser garantida por todos os agentes

públicos. Kátia Abreu (DEM-TO), Valdir Raupp (PMDB-RO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP) ressaltaram o voto aberto nestas hipóteses como necessária prestação de contas da classe política ao eleitorado.

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou imprescindível o

voto aberto nas hipóteses de cassação e veto presidencial. Marcelo Crivella (PRB-RJ) expressou dúvidas sobre a conveniência de tornar pública a posição do senador nos vetos.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), por sua vez, questionou a recomendação de voto aberto para escolha de presidente e diretores do Banco Central.

Simon saúda os cem anos de Caxias do Sul

Genaldo Magela



Pedro Simon

Emocionado, quando lembrou sua infância e sua família, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) saudou os moradores de Caxias do Sul, que completou cem anos na terça-feira. O senador falou da saga dos imigrantes italianos, alemães, poloneses, russos, austríacos, espanhóis e árabes – o pai de Simon veio do Líbano –, destacando que nasceu, estudou e começou sua vida política na cidade.

– Por mais que eu louve aquela gente e seu espírito de luta, sua capacidade de trabalho, sua dedicação e seu sentimento de religiosidade, jamais pagarei o débito que tenho para com aquela gente que ajudou a forjar o meu caráter.

Paim vê importância de políticas para jovem

Genaldo Magela



Paulo Paim

Paulo Paim (PT-RS) relatou audiência pública ocorrida em seu estado, quando jovens discutiram propostas para beneficiá-los em áreas como saúde, educação, trabalho, cultura, esporte e lazer. O resultado do evento, informado, será encaminhado ao Congresso e à Secretaria Nacional de Juventude, para servir como complemento ao Plano Nacional de Juventude, que está sendo debatido na Câmara.

O senador também enfatizou a importância de aprovação da chamada PEC da Juventude, em exame no Senado, e registrou a realização do Encontro Nacional da Juventude do PT, em Canoas.

Governo quer cinco empresas atuando na nova banda da telefonia celular

Revelação foi feita pelo diretor da Anatel que participou de debate sobre a exploração da banda H, realizado no Senado. Ele alega que, com maior concorrência, serviço oferecido ao consumidor terá melhor qualidade

O GOVERNO QUER que cinco operadoras disponibilizem o serviço móvel pessoal e explorem a banda H, a nova frequência dos telefones celulares. Com maior concorrência entre as empresas, o consumidor terá menores preços e maior qualidade dos serviços.

Foi o que disse o membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Jarbas José Valente, em debate sobre o assunto promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), sugerido pelos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Jarbas Valente disse que o Brasil surge como um país atraente para investimentos internacionais em serviços de banda larga



Jarbas Valente, membro do Conselho Diretor da Anatel, e o senador Flexa Ribeiro, na CCT.

móvel.

– Não podemos criar condições que inviabilizem a entrada de capital internacional. A banda larga é mais importante que o pré-sal, em termos de investimentos no país – disse Jarbas Valente.

Ao responder ao senador Cícero Lucena sobre o impedimento de determinadas empresas par-

ticiparem da concorrência para a banda H (subfaixas de radio-freqüência: 10MHz+10MHz), o conselheiro afirmou que a licitação será realizada com respeito às regras já estabelecidas e ao conhecimento das operadoras que vencerem a licitação. Ele explicou que as empresas impedidas de participar são as que não cumpriram os compromissos

assumidos quando começaram a atuar na área.

O presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), considerou justo impedir que participem da licitação as empresas que, em contrato anterior, não tiveram cumprido todos os compromissos.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que não há qualidade nos serviços prestados pelas operadoras de telefonia. Em sua avaliação, isso se deve à falta de fiscalização por parte da Anatel, bem como a falta de investimentos e o excesso de venda de celulares. Ele disse que os problemas existentes punem os usuários, que acabam pagando mais pelo serviço.

Jarbas Valente disse que a solução dos problemas depende de maior investimento estrutural para evitar os congestionamentos.

Osmar diz que ônus da preservação deve ser de todos

Genaldo Magela



Senador lembra programa realizado no Paraná durante o governo Alvaro Dias difícil cobrar tão somente dos agricultores a proteção dos rios e matas ciliares – disse ele.

Osmar citou como exemplo de iniciativa de preservação ambiental o Programa Paraná Rural, implementado a partir de 1987, no governo de Alvaro Dias, sob a coordenação de Osmar.

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu na quarta-feira o compartilhamento do ônus da preservação do meio ambiente com todos os segmentos da sociedade.

Para o senador, o atual modelo de conservação de recursos hídricos precisa ser alterado de modo a permitir que o poder público e as populações urbanas assumam responsabilidades com relação ao tratamento de esgotos que são despejados nos rios.

– Se o poder público não cumpre a responsabilidade de fazer o saneamento básico, o saneamento urbano, de despoluir os rios, de tratar os esgotos que são neles despejados, fica

Crivella comemora investimento no “chuveiro flex”

Crivella



Crivella: modelo funciona conectado à rede elétrica ou com energia solar

o chuveiro elétrico não precisa ser ligado, pois as placas de energia solar já teriam aquecido a água durante o dia – explicou, lembrando que é nesse horário que costumam ser ligadas as usinas termelétricas, movidas a combustíveis fósseis, para evitar apagões.

O anúncio governamental de investimento de R\$ 4,5 bilhões para implantação do “chuveiro flex” no segundo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) foi comemorado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). O “chuveiro flex” é um modelo híbrido que, além de funcionar conectado à rede elétrica, poderá ser alimentado por energia solar, por meio de placas fotovoltaicas instaladas nos edifícios.

– O Brasil tem a presença de raios solares na maioria dos dias. Quando os brasileiros chegam para tomar banho, entre 18 e 21 horas, temos um pico na demanda de energia. Na hora do pico,



Genaldo Magela

Heráclito condena suposto esquema de espionagem

Senador cobra investigação de denúncia da Veja

Heráclito Fortes (DEM-PI) comentou denúncia publicada pela revista *Veja*, sobre a possível existência, em Brasília, de um escritório do PT destinado a espionar adversários e até mesmo cor-religionários do partido.

De acordo com a matéria, foram contratados policiais, ex-agentes dos serviços de espionagem do governo e detetives particulares. Segundo o senador, a reportagem afirma também que, por ordem da coordenação superior da campanha petista, foi determinado o fim da espionagem de adversários. Heráclito cobrou maiores investigações sobre o caso.

– Vá lá que seja uma briga de grupos, não importa, o que está em questão é a metodologia usada, a maneira de conduzir uma campanha que nem sequer começou.

Heráclito critica obra prometida e não realizada

As obras do aeroporto de Cangapara, em Floriano (PI), estão paralisadas, segundo Heráclito Fortes. O senador disse que faltam informações sobre a origem federal dos recursos (R\$ 5,3 milhões) supostamente utilizados, dando a impressão de que são provenientes exclusivamente do governo estadual.

– Já é esquisito colocar numa mesma obra duas construtoras [Araújo Miranda e J. Brito Engenharia]. Mas o mais esquisito é o valor dessa obra e o pior é o estado em que ela se encontra. É um desrespeito que o ex-governador Wellington Dias comete contra a cidade de Floriano – afirmou.

A cidade mantinha voos regulares desde a década de 1940 e hoje o aeroporto está interditado, disse ele.



Genaldo Magela

Dezesseis alunos e três professoras da escola de Educação especial Tomaz Edison de Andrade Vieira, de Curitiba, visitaram o Senado na tarde de quarta-feira, quando foram apresentados em Plenário (foto) pelo senador Flávio Arns (PSDB-PR). O senador informou que a escola é mantida pela Prefeitura de Curitiba e se dedica também a atender pessoas com algum tipo de deficiência. O grupo viajou a Brasília por meio do projeto “Brasil, meu coração bate forte por você”, em que ganharam passagens e estadia na cidade. O objetivo do projeto é resgatar o aluno especial pela cidadania.